

A FALÁCIA DO ORÇAMENTO POR DESEMPENHO EM UMA IFES

Evelynne Marinho de Amorim¹, Antonio Erivando Xavier Junior²

Este trabalho se insere no cenário de pesquisas sobre a alocação de recursos públicos. Seu objetivo é discutir sobre o desempenho no planejamento orçamentário no âmbito de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), para analisar se há relação entre o desempenho alcançado e os recursos alocados nas ações orçamentárias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). A teoria que suporta a pesquisa é o Performance-based Budgeting – PBB - ou orçamento por desempenho. A metodologia se deu mediante coleta de dados nos relatórios de gestão da UFERSA nos anos de 2013 a 2017, em que foi realizado um *checklist* de ações orçamentárias, a partir de então se analisou a correlação entre ações orçamentárias e seu desempenho através de análise de indicadores estatísticos, mas também as variações entre o orçamento e despesa empenhada dos exercícios anteriores. Os resultados demonstraram uma correlação muito fraca entre o desempenho das ações nas hipóteses *H1* que mediu se o desempenho da ação em determinado exercício influenciou o orçamento do exercício posterior; e, *H2* que mediu se houve aumento do orçamento em relação ao orçamento do ano anterior que influenciasse o desempenho da ação no ano seguinte. Foi possível verificar também que a instituição ao fixar o orçamento não considera o desempenho, mas sim a execução orçamentária do exercício anterior de acordo com as variações que revelaram uma correlação moderada.

Palavras-Chaves: Desempenho. Alocação de recursos. Orçamento.

1 INTRODUÇÃO

Nos mais variados campos e esferas da atividade humana há evolução, logo não é diferente na administração pública já que gerencia bens para a sociedade. Nesse constante desenvolvimento se buscam formas de como melhorar a eficiência da aplicação de recursos de maneira benéfica à sociedade, de modo econômico e que possa suprir o máximo possível às necessidades da coletividade. Para isso, busca-se a todo momento meios que possam melhorar o gerenciamento e aplicação desses recursos.

Por isso, em meio a esta realidade tem havido um destaque para diversas pesquisas como as que foram realizadas por autores como Belloni (2000), Cavalcante (2010), Lyrio et al. (2014), Nuintin et al. (2014) e Rizzatti Junior, Rizzatti e Rizzatti (2015) e que estão sendo desenvolvidas com o objetivo de analisar sob diversos vieses a ferramenta do orçamento por desempenho, com foco na melhoria de alocação de recursos públicos. E vários desses estudos que tem se desenrolado tomam como objeto de análises instituições de ensino variadas. Para tanto, este trabalho se materializa mais precisamente no que se refere ao desempenho orçamentário de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

Inicialmente pode-se dizer que o orçamento por desempenho ou PBB é considerado uma estratégia operacional decorrente da crise fiscal que aconteceu na década de 1980 e conjuntamente como resultado de pressões populares por melhorias na eficiência de serviços públicos. A estratégia se delineia como uma ferramenta de gestão de recursos que tem como foco ressaltar a importância de resultados ao invés de priorizar mecanismos de controle (CAVALCANTE, 2010; LYRIO et al. 2014).

¹ Bacharelando em Ciências Contábeis.

² Doutor em Administração pela PUC-PR.

Sobre o PBB Cavalcante (2010) afirma que as informações provenientes de avaliações de programas governamentais servem de base no orçamento por desempenho, por que trazem subsídio para a tomada de decisões de alocação de recursos, assim como para o planejamento estratégico, para escolhas inerentes à implementação de programas, e para a prestação de contas dos gestores responsáveis.

Mais precisamente trazendo o PBB para o contexto das IES segundo Belloni (2000) é uma estratégia que se relaciona a maneira como a instituição se organiza para atender as necessidades da sociedade. Assim, concordando com Santos et al. (2017) quando este afirma que as IES estão procurando estruturar seus padrões de desempenho de forma a atingir as exigências de órgãos reguladores como o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Para Almeida et al. (2015) “a exigência da qualidade nas ações acadêmicas tornou-se uma preocupação fundamental no Ensino Superior, que possui o compromisso de responder às necessidades e expectativas da sociedade”. E, como resultado dessas exigências, analisar o desempenho das instituições federais significa determinar a orientação necessária para a tomada de decisão, assim como o estabelecimento dos rumos que possam melhorar a qualidade dessas instituições.

Diante da relação de correlação entre as hipóteses sobre o orçamento e o desempenho o trabalho se volta a buscar a resposta para o problema Central da pesquisa que é o seguinte questionamento: **Existe relação entre o desempenho alcançado e os recursos alocados nas ações orçamentárias na Universidade Federal Rural do Semi-Árido?**

Com intenção de dar resposta a este questionamento esta pesquisa tem como objetivo geral analisar se há relação entre o desempenho alcançado e os recursos alocados nas ações orçamentárias na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Para o alcance do objetivo geral têm-se como objetivos específicos: Levantar os recursos alocados por ação orçamentária para os exercícios de 2013 a 2017 na UFRSA; comparar as metas traçadas por ação para o exercício de 2013 a 2017 com as alcançadas; e por último analisar se há relação entre o desempenho alcançado em cada ação e os recursos alocados.

Para efeito de justificativa teórica compreende-se a relevância de estudos sobre orçamento por desempenho como uma maneira de analisar a integração entre informações de desempenho e processos de planejamento e orçamento. O que de acordo com Cavalcante (2010) pode-se compreender como a forma que relaciona recursos alocados e resultados mensuráveis de políticas públicas que possam gerar informações para a tomada de decisões por parte dos gestores, permitindo uma alocação embasada nos objetivos dos programas, auxiliados por indicadores de eficiência.

Neste sentido, para justificativa prática vê-se a importância de se conhecer a realidade orçamentária da instituição como de conhecimento relevante para a sociedade a qual se insere, de maneira que poderá revelar como a instituição trata seu orçamento para se traduzir em ações para essa sociedade. No que se refere à Universidade abordada, compreende-se a sua importância como instituição pública existente no interior do Estado do Rio Grande do Norte desde o ano de 1967, vindo a se tornar uma Universidade Federal no de 2003, expandiu-se de 1 para 4 *Campi* em 4 cidades distintas, onde tem oferta de 42 cursos de graduação divididos nos 4 *Campi*, além de 8 cursos de pós graduação a nível *Lato Sensu* e 15 *Stricto Sensu*.

2 ORÇAMENTO PÚBLICO

O embasamento teórico do presente trabalho vai em busca dos estudos sobre o orçamento por desempenho, tendo como referência o PBB, para refletir sobre a eficiência orçamentária de instituições públicas de ensino de nível superior. Desta forma, para isso é necessário primeiramente compreender o que é e como funciona o orçamento público.

O termo orçamento pode ser definido segundo Abreu e Câmara (2015) como um instrumento da ação governamental que é capaz de tornar factíveis, ou não, as ações

governamentais, a depender da maneira como é formalizado, se tornando o instrumento que estrutura a ação governamental.

Segundo Abreu e Câmara (2015) a gestão do orçamento é delimitada pela organização de instrumentos; por procedimentos para sua elaboração e execução; pela taxionomia de dispositivos que o compõem e; pela atuação dos atores ligados ao processo. Esse processo configura, então, a estrutura que irá promover o procedimento de realização da análise da disponibilidade de recursos que irá, por sua vez, possibilitar a formulação de políticas públicas voltadas para as sociedades.

Assim, o orçamento público de acordo com Noblat (2014) é um instrumento ou ferramenta que os governos utilizam para organizar seus recursos financeiros, tomando como ponto de partida o controle. Para o referido autor o orçamento público tem evoluído e consequentemente tem incorporado novas instrumentalidades, que no Brasil vem se revestindo de diversas formalidades legais e sua existência é prevista na Constituição Federal. Contudo, vem se materializando anualmente numa legislação específica, essa que prevê a receita e fixa despesa para um determinado exercício. Por conta dessa qualidade, as despesas só podem ser realizadas se forem previstas ou incorporadas ao orçamento.

Para acrescentar a essa ideia de acordo com Lyrio et al. (2014) no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 foram instituídos 3 instrumentos de planejamento e implementação de políticas públicas que são a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Para o referido autor o PPA é formado em uma síntese do planejamento de toda a administração pública, que serve de orientação para a elaboração dos demais planos e programas de governo de maneira regionalizada, envolvendo diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, as despesas decorrentes das despesas de capital e os programas de duração continuada. Já a LDO engloba as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente, assim como orienta a elaboração da LOA, essa que por sua vez compreende 3 orçamentos que são o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas, e ainda a execução orçamentária financeira da receita e despesa. Para acrescentar o autor informa que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) expandiu a importância da LDO, a atribuindo novas prerrogativas, dentre elas, a incumbência de disciplinar temas específicos ligados ao equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, as metas e riscos fiscais, a programação financeira e o cronograma de execução mensal

Dito isto, parte-se então em busca de compreender o que é e como funciona o orçamento público focado no desempenho.

2.1 ORÇAMENTO POR DESEMPENHO

Para dar início, segundo Cavalcante (2010), o PBB começou a se desenvolver por volta da década de 60 pelo governo norte-americano, proveniente de um outro modelo que foi chamado de *Planning, Programming and Budgeting System* (Planejamento, programação e sistema orçamentário), e que também fez surgir outros a partir dele como o *Program Budgeting* (Programa orçamentário), o *Output Budget* (Orçamento produtivo) e o *Zero-base Budgeting* (Orçamento base zero). Todos eles deram contribuições para culminar com o surgimento do PBB no início dos anos 90. “Nessa proposta, cria-se de fato uma relação ou correlação entre desempenho e orçamento, mostrando a relevância para o processo de tomada de decisão dos gestores públicos na busca da eficiência e eficácia, ou seja, de melhores resultados” (SANTOS; MOURA, 2017, p. 08). Nesse sentido, é possível afirmar que o orçamento atua como uma ferramenta de controle e tomada de decisões para as instituições.

De acordo com Cavalcante (2010) o orçamento por desempenho tem como objetivo permitir que a alocação de recursos tenha como base metas e objetivos de programas, “subsidiados por indicadores ou medidas de eficiência e efetividade, no âmbito de um sistema de *accountability* dos gestores que premie os bons resultados e puna os resultados ruins”.

Segundo Cavalcante (2010) o orçamento por desempenho viabiliza a alocação de recursos pautada em metas e objetivos, auxiliados por indicadores ou medidas de eficiência e efetividade (SANTOS; MOURA, 2017).

Concordando com esta afirmação traz-se o pensamento de Boer et al. (2015) que também afirma que o desempenho é geralmente associado a um sistema de financiamento que premia as instituições com base nos resultados que se espera obter no futuro. Ou seja, assim o sistema orçamentário funciona como um aparato de controle dos recursos públicos.

Já de acordo com Guimarães (2016) essa é uma forma de avaliação de desempenho, sendo que o controle pode ser entendido como um conjunto de informações e ações que objetivam manter o domínio das ações desempenhadas dentro de uma meta almejada.

No ponto de vista de Mohammandipour (2014) o orçamento por desempenho se define como uma “prática de aplicação do orçamento baseado na relação entre níveis de financiamentos planejados e resultados antecipados. O processo do PBB é uma técnica que os administradores podem gerir o custo-benefício e os programas orçamentários” (p. 145, tradução nossa).

Entrando na seara do orçamento por desempenho dentro do contexto das IES segundo Meirelles, Soares e Ceretta (2014) dizem que no Brasil, a avaliação de desempenho para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vem ganhando importância nos últimos anos, por conta dos mecanismos de controle. Não obstante, este tema será mais bem discutido mais a frente na cessão de estudos anteriores.

Neste sentido é possível reafirmar, portanto, a relevância de se analisar o PBB para a gestão de uma IFES, onde se ambienta esta pesquisa. E para isso se utilizam os indicadores de desempenho.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

É preciso ressaltar que estudos vêm demonstrando um possível engessamento do orçamento público quando se refere à administração de recursos. De acordo com a reflexão de Lyrio et al. (2014) pode haver desvantagens decorrentes do uso de práticas orçamentárias, como por exemplo, a inflexibilidade; o longo período de tempo que se destina para a sua elaboração; a subordinação às forças de poder na organização; reações indesejadas; visão exclusivamente financeira e também desmotivação.

Como exemplo desses mecanismos de controle de acordo com Nuintin et al. (2014) é o Relatório de Gestão elaborado pelas IFES. O Relatório de Gestão é um dos artefatos para a prestação de contas, pois possuem informações e indicadores que evidenciam o montante de recursos recebidos, como e onde foram aplicados e os resultados quantitativos e qualitativos gerados.

Dessa maneira, sobre a eficiência buscada através da administração dos recursos de acordo com Guimarães (2016) o objetivo principal da eficiência é a busca pela produtividade, economicidade e a redução de desperdícios com dinheiro público. Deste modo, em busca de embasamento em estudos já realizados nessa seara, traz-se um quadro para explicitar o que alguns estudiosos trazem de contribuições acerca do desempenho orçamentário para as IFES em linhas gerais.

Quadro 1. Estudos sobre orçamento por desempenho.

Autores/Ano	Objetivos	Resultados
Lyrio (2014)	Seu objetivo foi discutir sobre a alocação de recursos públicos no âmbito de uma IFES.	Seus resultados demonstraram que houve uma fraca correlação entre o desempenho das ações do orçamento da instituição analisada e os recursos alocados a essas ações.
Belloni (2000)	Seu objetivo foi avaliar o desempenho de Universidades Federais Brasileiras sob o	Seus resultados indicam que a avaliação que passa as IES volta seus objetivos na direção de referências

	critério da eficiência produtiva. Afirmando que partir da década de 70 as IES vêm se expandindo e passando por profundas transformações, o que tem culminado com várias formas de avaliação dessas instituições. A partir de então, procura observar a avaliação institucional embasada no desempenho organizacional e voltada para a gestão de qualidade das IES.	externas à universidade e se utiliza de avaliação do desempenho organizacional como caminho para alcançar objetivos. Nesse caso o desempenho se relaciona com a forma como a instituição se organiza para atender às necessidades da sociedade, com perspectiva e avaliação do desempenho organizacional, com referências internas, que julga a instituição através de critérios tanto sobre sua missão institucional, quanto aos objetivos, programas e metas, recursos, resultados e todas as suas relações de gestão e produção.
Nuintin et al. (2014)	Seu objetivo é identificar e avaliar o nível de eficiência relativa da aplicação de recursos públicos nas Universidades Federais. Apontando que instituições públicas criam produtos ou serviços e gerenciam recursos arrecadados através de cobrança de tributos, objetivando gerar benefícios para a sociedade a partir de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, que são compostos com recursos humanos, financeiros e físicos.	Como resultados percebeu que quanto à eficácia, traduz as ações e políticas que resultam no atendimento das necessidades das sociedades. Os recursos são aplicados com estrita observância das disposições legais, visando proporcionar à sociedade ensino de qualidade, que transfira conhecimento, realização de pesquisas que aperfeiçoem e gerem novos conhecimentos para inserção na sociedade, como atividades de extensão, por exemplo, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento.
Rizzati Júnior, Rizzati e Rizzati (2015)	O objetivo de seu trabalho foi verificar a variação no desempenho da gestão orçamentária de uma IFES. Para isso afirma que no Brasil tem-se observado um investimento cada vez maior em educação.	Seus resultados, porém, não indicam que o aumento de verbas possa gerar melhorias na qualidade da educação. É necessário haver uma gestão que promova um desempenho adequado para o orçamento, de modo a descobrir pontos a serem melhorados. A partir disso, ilustra que o Tribunal de Contas da União criou 11 indicadores para que as universidades públicas possam ter como base para distribuição de recursos. O que revela que, as universidades não possuem muitas opções para a alocação de recursos, embora possam intervir no valor das variáveis.
Santos e Moura (2017)	Seu objetivo é analisar a relação entre o orçamento executado e o desempenho alcançado pelas IFES do Nordeste. Assim, demonstra que nas universidades brasileiras há um processo de crescimento em	Como resultado reflete que há um engessamento gerencial por parte das universidades, e que esse processo acaba por criar barreiras gerenciais. Evidencia também a necessidade de constituir instrumentos que possibilitem uma avaliação mais

	nível de recursos tangíveis e de desenvolvimento, no que se refere a recursos intangíveis.	criteriosa, objetivando promover a melhoria do ensino, da pesquisa e extensão.
Noblat (Org.) (2014)	Seu objetivo foi descrever o que é orçamento público destacando suas principais funções. Afirma que o governo no processo de gerenciamento da utilização de recursos econômicos, incluindo a oferta de bens públicos, podem criar incentivos para desenvolver certos setores em detrimento de outros. E, é justamente na diversidade dessas escolhas que o governo necessita fazer que materializa a sua função alocativa.	Como resultado demonstra que quando se é eleito o desenvolvimento de um setor, o governo acaba por ter que abrir mão de outras escolhas possíveis. E deste modo, é passível que haja a geração de consequências negativas como reações indesejadas; visão exclusivamente financeira e também desmotivação.

Fonte: Bibliografia pesquisada.

Neste sentido, é possível afirmar que o orçamento por desempenho é uma estratégia de gestão que busca a eficiência na alocação de recursos permitindo demonstrar o quanto se consegue de retorno por ações desempenhadas, contudo é necessário observar até que ponto ela pode ser utilizada para que não venha a engessar a gestão de recursos administrados para suprir as necessidades da sociedade a qual ela se delinea para atender.

Desta forma seguindo os passos caminhados por Lyrio et al. (2014) foram analisadas as mesmas variáveis em estudo para fim de apresentar se os dados se corroboram ou se distinguem quanto aos resultados foram estabelecidas, portanto, duas hipóteses, que foram: *H1* que descreveu o desempenho da ação em determinado exercício influenciou o orçamento do exercício posterior; e, *H2* o aumento do orçamento em relação ao orçamento do ano anterior que viesse a influenciar o desempenho da ação no ano seguinte.

De acordo com o referido autor, no que concerne a *H1*, por meio da confirmação da hipótese se evidencia a utilização das informações de desempenho quando se alocam os recursos, observando-se que as ações que obtiverem melhor desempenho tem a tendência a receber mais recursos no ano seguinte. Já a *H2* tem como objetivo verificar se, nos casos em que houve baixo desempenho de ações e, ainda assim, houve um aumento do orçamento no ano seguinte, a aplicação de mais recursos deve tender a melhorar o desempenho da ação no ano que segue.

Além das 2 hipóteses examinadas, existentes no estudo que se tomou como base, testou-se também mais 2 variações que medem a correlação de variação entre despesa empenhada e orçamento do exercício anterior, onde uma verificou a variação entre o orçamento e o orçamento do exercício anterior e a outra verificou a variação entre o orçamento e a despesa empenhada no exercício anterior

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho tem-se uma base metodológica que se enquadra no método hipotético-dedutivo. Nesse contexto concorda-se com Prodanov (2013) que afirma que esse método se inicia com um problema no conhecimento científico, formula hipóteses, e procura testar a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese referida. A abordagem se emoldura como uma pesquisa empírica, o que para o referido autor significa para a ciência como guiado a partir das evidências obtidas na pesquisa científica de modo sistemático.

De cunho descritivo, onde de acordo com os objetivos específicos, as pesquisas deste tipo segundo Gil (2008) têm como objetivo a descrição de características de determinada população, fenômeno ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos se classifica como uma pesquisa documental que de acordo com Raupp e Beuren (2013) e Prodanov (2013) se baseia em materiais que ainda não sofreram análises ou que podem ser reelaborados para atingir os objetivos da pesquisa a ser realizada.

Quanto à abordagem ao problema é uma pesquisa quantitativa que para Beuren e Raupp (2013) é uma pesquisa de base de abordagem ao problema, onde irá empregar instrumentos estatísticos de coleta e tratamento de dados. Onde se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos, porém de maneira não tão profunda.

A coleta de dados foi feita mediante documentação, onde serão analisados os documentos referentes à execução orçamentária da UFERSA. Neste sentido, seguindo Prodanov (2013) nesse tipo de pesquisa, os documentos são classificados como fontes de primeira mão. Para corroborar também, de acordo com Gil (2008) são os que não receberam qualquer tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, etc.

O recorte temporal da pesquisa é longitudinal. Nesse tipo de pesquisa de acordo com Malhotra (2012) a amostra continua a mesma ao longo do tempo, o que provê uma série de quadros que, vistos de forma em conjunto, podem oferecer uma ilustração vivida de situações e de mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo. Nessa abordagem metodológica coletam-se dados no decorrer do tempo em pontos ou períodos, para que seja possível fazer inferências a respeito de mudanças, de seus determinantes e de suas consequências. Então de acordo com este procedimento, neste trabalho foram analisados os documentos gerados pela instituição, que dataram dos últimos 05 exercícios financeiros, nesse caso do exercício de 2013 ao exercício de 2017.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, neste contexto de acordo com Gil (2008) o estudo de caso se caracteriza como sendo um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de modo que possa permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, ou seja, se tornando uma tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados na seara de investigações científicas.

Para isso o processo de coleta de dados foi desenvolvido a partir do acesso aos relatórios de gestão publicados anualmente pela UFERSA em seu *site* (<https://ufersa.edu.br/>). Para encontrar esses relatórios no *site* da instituição foi necessário apenas clicar em aba Documentos.

Desta forma, os relatórios foram analisados com os dados que foram coletados por meio de um *checklist*, conforme Quadro 2, a partir da situação encontrada diante das metas de gestão traçadas pela instituição. Que compreendeu as informações do período analisado:

Quadro 2. Instrumento de coleta

Exercícios	Ações orçamentárias	Recursos alocados	Metas traçadas	Metas alcançadas
2013				
2014				
2015				
2016				
2017				

Fonte: Dados da pesquisa.

Como ferramenta de avaliação quantitativa dos dados foi feito uso da correlação estatística. A partir de então foram analisados os valores despendidos para cada ação. Por meio dos quadros de valores demonstrados para cada uma de forma a revelar a correlação entre o que foi estabelecido e se as metas orçamentárias foram alcançadas. Para deixar claro, por meio do *checklist* se coletaram os valores de orçamento financeiro, despesas empenhadas, e metas previstas e realizadas, de onde foram medidas em índices de

performance e de volatilidade das variáveis que estão dispostos mais a frente na seção de Análise de Resultados.

Para isso, mediante os dados coletados na pesquisa, replicou-se as hipóteses de análise do trabalho desenvolvido por Lyrio et al (2014) onde os dados foram transformados e para isso se utilizou o mesmo indicador de performance. Esse procedimento tornou possível a comparação entre os diversos valores de orçamento e diferentes indicadores físicos de cada programa e ação do orçamento. O Quadro 2 apresenta o indicador de performance utilizado no estudo.

Quadro 3. Indicador de performance

Indicador de Performance
Δ execução orçamentária / Δ desempenho físico da ação

Fonte: (LYRIO et al., 2014).

Como parâmetro de análise de correlação se tomou como referência o teste estatístico de rho (π) demonstrado logo abaixo:

Quadro 4. Interpretação do valor de π (rho)

Valor do π	Interpretação
0,00 a 0,19	Correlação muito fraca
0,20 a 0,39	Correlação fraca
0,40 a 0,69	Correlação moderada
0,70 a 0,89	Correlação forte
0,90 a 1,00	Correlação muito forte

Fonte: Adaptado de MELLO et al (2011).

Os resultados apresentados neste Quadro 4 irão demonstrar como as correlações apresentadas a partir dos dados coletados se comportarão nos resultados da pesquisa.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste ponto se procede com a análise da relação entre o desempenho das ações e os recursos alocados. Para cada ação foi calculada a variação (Δ) dos valores do orçamento e desempenho no decorrer do período analisado, neste caso entre os anos de 2013 a 2017, conforme apresentado no Quadro 4.

De antemão é necessário esclarecer que os dados se apresentam no Quadro 4 a partir do exercício de 2014 em virtude da análise ser comparativa ao ano anterior, neste caso os dados começam a ser analisados a partir do exercício de 2013 se tornando este na referência ao exercício seguinte, portanto os resultados apenas se apresentam a partir do ano de 2014.

Outra questão a ser levada em consideração é que houveram diversos valores que não se encontravam, presentes nos Relatórios de Gestão disponíveis e para esses valores faltosos os resultados se apresentaram em branco.

É possível também observar de maneira superficial que no Quadro a seguir há inúmeros índices negativos, o que indica que muitos valores regrediram em seu desempenho.

Quadro 5. Variação do desempenho e do orçamento no período

Ação	2014			2015			2016			2017		
	ΔO	ΔEO	ΔIP	ΔO	ΔEO	ΔIP	ΔO	ΔEO	ΔIP	ΔO	ΔEO	ΔIP
4002	0,26	0,62	-0,44	0,13	0,41	-0,19	0,16	0,98	1,42	-0,07	1,00	0,05

20RK	0,21	0,84	-0,07	0,09	0,74	-0,10	0,20	0,97	0,36	-0,03	0,97	-0,08
2010	-0,28	0,94	-1,00	0,04	0,98	0,00	4,54	0,98	0,00	0,09	0,99	0,00
2004	0,13	0,99	-1,00	0,05	0,99	0,00	0,30	1,00	0,00	0,07	1,00	0,00
2011	1,19	0,82	-1,00	0,61	0,61	0,00	0,14	0,83	0,00	2,71	0,99	0,00
2012	0,16	1,00	-1,00	0,10	0,98	0,00	0,26	1,00	0,00	0,03	1,00	0,00
20RJ	0,30	0,53	0,75	-0,56	0,00	-1,00	-1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20GK	-0,21	0,96	0,02	21,91	0,06	-0,94	-0,97	0,89	46,60	-0,40	0,94	-0,65
4572	0,22	0,59	-0,12	-0,46	0,56	0,50	0,00	0,81	-0,20	0,08	0,70	0,29
8282	-0,29	0,59	-0,43	-0,41	0,61	0,38	-0,07	0,83	0,35	-0,34	0,59	-0,29
0005	-0,93	0,00	0,00	-0,46	0,00	0,00	356,91	0,96	0,00	-0,92	1,00	0,00
00G5	-0,98	0,00	0,00	-0,06	0,00	0,00	344,13	0,17	0,00	-1,00	0,00	0,00
00M0	-1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0181	0,05	0,99	0,00	0,08	0,99	0,00	0,06	1,00	0,00	0,10	1,00	0,00
09HB	0,20	0,99	0,00	0,11	0,99	0,00	0,08	0,99	0,00	0,18	0,96	0,00
20TP	0,22	1,00	0,00	0,16	0,99	0,00	0,09	0,99	0,00	0,17	0,99	0,00
00M1	0,00	0,77	0,00	0,06	0,94	0,00	0,16	0,88	0,00	-0,30	0,78	0,00
216H	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	0,00	-0,11	0,05	0,00
00OL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,85	0,00	-1,00	0,00	0,00
00PW	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,39	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas explicativas:

Variações:

- $\Delta O = \Delta$ Orçamento;
- $\Delta E O = \Delta$ Execução Orçamentária;
- $\Delta I P = \Delta$ Indicador de Performance.

Códigos e ações:

4002 = Assistência ao Estudante de Ensino Superior;

20RK = Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;

2010 = Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares;

2004 = Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
2011 = Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
2012 = Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
20RJ = Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica;
20GK = Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão;
4572 = Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;
8282 = Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior;
0005 = Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios);
00G5 = Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor;
00M0 = Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino;
0181 = Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis;
09HB = Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
20TP = Pagamento de Pessoal Ativo da União;
00M1 = Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade;
216H = Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos;
00OL = Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica;
00PW = Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica.

Assim como se apresentou nos resultados do trabalho de Lyrio et al (2014) no Quadro 4 se expõem a variação do desempenho em conjunto com a variação do orçamento para cada ação e programa. Nesses dados foi aplicada a estatística descritiva e realizado o cálculo da correlação. Neste trabalho também se evidenciou as mesmas variáveis, assim se tem para os testes de hipótese H1 e H2, onde $H1$ = O desempenho da ação de determinado exercício influencia o orçamento do ano posterior, para esta variável foi possível obter 80 observações válidas, conforme demonstrado mais à frente no Quadro 6.

No que se refere à análise do Quadro 6, foi possível perceber que a média da variação do desempenho foi de 0,154, enquanto a média da variação do orçamento foi de 9,063. E o máximo da variação de desempenho de um ano para o outro foi de 19,0, enquanto que a variação do orçamento foi de 356,9. Esses resultados permitem dizer que se concorda que assim como para o autor supracitado existiu também uma maior volatilidade na variação do orçamento em relação à variação do desempenho.

Quadro 6. Análise com base em estatística descritiva para os eventos da hipótese H1 (%).

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variação
Δ Orçamento	80	-1,0	356,9	9,063	55,0870	3034,573
Δ Desempenho	80	-1,0	19,0	0,154	2,1572	4,653
N. válido (de lista)	80					

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o passo seguinte se teve o cálculo da correlação entre a variação do desempenho e a variação do orçamento, como demonstrado no quadro 7.

Quadro 7. Análise de correlação para os eventos da hipótese H1.

Correlação	0,085
-------------------	-------

Fonte: dados da pesquisa.

O quadro 7 demonstra como resultado uma correlação entre as variáveis 0,085, considerada uma correlação muito fraca de acordo com π , porém é uma correlação de valor positivo. O que quer dizer que a partir dessa análise a hipótese H1 não é aceita. A correlação muito fraca apresentada evidencia que o desempenho da ação em um determinado exercício não influencia de forma direta o orçamento do ano seguinte, de acordo com esses dados também é possível afirmar que o desempenho das ações orçamentárias além de se apresentar com uma correlação muito fraca também não possui significância estatística.

Já sobre a segunda variável, o teste da hipótese H2 = o aumento do orçamento em relação ao orçamento do ano anterior influencia o desempenho da ação no ano seguinte, no Quadro 8 se apresenta a estatística descritiva das observações dessas variáveis.

Quadro 8. Análise com base em estatística descritiva para os eventos da hipótese H2 (%).

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variação
Δ Orçamento	80	-1,0	356,9	9,063	55,0870	3034,573
Δ Indicador de Performance	80	-1,0	46,6	0,530	5,2278	27,330
N. válido (de lista)	80					

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos testes realizados no teste da hipótese H2 foi possível obter também as 80 observações, sendo a média da variação do orçamento de 9,063 e a variação do desempenho foi de 0,530. O máximo da variação do orçamento foi de 356,9 e o máximo da variação de performance foi de 46,6. O que demonstrou mais uma vez que a maior volatilidade na variação também ficou por conta do orçamento em relação à variação do desempenho das ações.

Após essa análise da variação, procedeu-se, outra vez, o cálculo da correlação entre essas variáveis, conforme se apresenta no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9. Análise de correlação para os eventos da hipótese H2.

Correlação	-0,0101
-------------------	---------

Fonte: dados da pesquisa.

No Quadro 9 se pode evidenciar uma correlação entre as variáveis de -0,0101, o que se configura também como uma correlação muito fraca, e acaba por não aceitar também a hipótese H2. Porém, com uma ressalva já que o resultado demonstra que é uma correlação de valor negativo e também não apresenta significância estatística, ou seja, é um valor quase que insignificativo.

Se faz importante trazer a reflexão de Lyrio et al (2014) que alude que é comum na discussão sobre alocação de recursos, emergir a questão sobre qual a melhor decisão a ser adotada para as ações que não alcançam seus objetivos, indagando, assim, se é “melhor finalizar a ação ou injetar mais recursos com vistas a melhoria do desempenho da ação?” (p. 164).

Segundo o mesmo autor o teste da hipótese H2 busca justamente lidar com essa questão. E como resultados que aqui se mostraram se mostraram semelhantes, a hipótese H2 considerava que tendo sido alocados mais recursos para a ação, a tendência deveria ser de melhoria do desempenho no exercício seguinte. O resultado não aceitou a ação, além de apresentar correlação negativa, pode-se concordar que o aumento dos recursos alocados para as ações leva a uma diminuição de seu desempenho. Ou por outro lado pode levar o aumento na aplicação de recursos que não resultam em melhoria do desempenho para a sociedade.

O mesmo tipo de resultado foi encontrado também por Nuintin et al (2014) que em suas variáveis também encontrou resultados de baixo desempenho. Assim como para Santos

e Moura (2017) que constataram em seu trabalho que a relação entre o orçamento e o desempenho está mais ligada aos indicadores operacionais e de eficiência.

Nesse sentido, pode-se concordar com Meireles, Soares e Ceretta (2014) quando em seus resultados constataram que “não existe uma tendência clara de melhoria na eficiência das respectivas instituições”. Segundo Rizzati Junior, Rizzati e Rizzati (2015) constataram em seu trabalho que as variações nos indicadores de desempenho também não foram significativas, porém influenciaram consideravelmente no orçamento.

A partir dos dados coletados e para além do que foi discutido até aqui se realizou o teste de correlação entre as variáveis disponíveis, dentre elas se destacaram duas: a despesa empenhada e o orçamento do exercício anterior conforme os Quadros 9 e 10 que se seguem. Uma verificou a variação entre o orçamento do ano posterior e orçamento do exercício anterior; e, a outra verificou a variação entre o orçamento e a despesa empenhada no exercício anterior, para saber qual método a instituição se baseia para estipular seu orçamento e despesa empenhada para o exercício seguinte. Os resultados foram os seguintes:

Quadro 10. Análise de correlação entre a despesa empenhada e o orçamento do exercício anterior.

Correlação	0,408**
-------------------	---------

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 10 a variação demonstrou 0,408** apresentando significância estatística com correlação moderada segundo π , e positiva com a variação do orçamento para o exercício seguinte. Esse dado vem a configurar que o orçamento do exercício anterior influencia diretamente o orçamento do exercício seguinte. Ou seja, é possível afirmar que com base no que foi orçado no exercício anterior é que a UFERSA projeta o orçamento para o exercício seguinte. Do mesmo modo a variável B que trata da despesa empenhada.

Quadro 11. Análise de correlação entre o orçamento e a despesa empenhada no exercício anterior.

Correlação	0,439**
-------------------	---------

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a realidade percebida desta variação se pode confirmar o mesmo tipo de resultado, pois segundo sua correlação com 0,439** apresenta significância estatística com correlação moderada segundo π , e positiva com a variação do orçamento para o exercício seguinte. Esse dado demonstra que assim como no orçamento, a despesa empenhada do exercício anterior também influencia a despesa empenhada do exercício seguinte. Trocando em miúdos a instituição projeta o seu orçamento e a despesa com base no orçamento e despesa empenhada no exercício anterior.

Nesse caso, reforçando os resultados encontrados, de acordo com o Quadro 10, percebe-se que o orçamento do exercício anterior influencia diretamente no orçamento do exercício seguinte e assim acontece da mesma maneira com a despesa empenhada, o que avigora mais ainda a hipótese de que a Universidade fixa o seu orçamento não levando em consideração o orçamento por meio do desempenho, mas sim tomando como base a execução orçamentária do exercício anterior.

E então se volta ao questionamento central trabalho: **Existe relação entre o desempenho alcançado e os recursos alocados nas ações orçamentárias na Universidade Federal Rural do Semi-Árido?** E a resposta que é o reflexo do que os dados revelaram é que não há relação entre o desempenho e os recursos alocados, já que a instituição não leva em consideração o orçamento por desempenho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de fazer uma análise da relação entre o desempenho alcançado e os recursos alocados nas ações orçamentárias na UFERSA, por meio do estudo da relação entre os recursos alocados nas ações do orçamento da Universidade e o desempenho dos indicadores de suas ações orçamentárias.

Para atingir o objetivo proposto se trabalhou com um procedimento metodológico que consistiu em analisar os Relatórios de Gestão disponibilizados no *site* da UFERSA. Levando em consideração 5 anos, que foram de 2013 a 2017, após então se fez um *checklist* das ações orçamentárias presentes em cada um, coletando os valores de orçamento financeiro; despesas empenhadas; e metas previstas, e metas realizadas. Com este procedimento foi utilizado um indicador de performance e de volatilidade das variáveis. Para esse processo a ferramenta de análise utilizada foi a estatística da correlação, em que se utilizou como parâmetro de análise de correlação o teste estatístico de π . Deste modo, com o objetivo de alcançar os resultados almejados, foram estipuladas 2 variáveis sendo denominadas de H1 e H2.

Na hipótese H1 com 0,085 se apresentou, portanto, uma correlação muito fraca demonstrando que o desempenho da ação em determinado exercício não influencia de forma direta o orçamento do ano seguinte. Na hipótese H2 apresentando -0,0101 se configurou também como uma correlação muito fraca, e com uma correlação de valor negativo.

Neste sentido, os resultados se mostraram idênticos com o trabalho desenvolvido por Meireles, Soares e Ceretta (2014); Santos e Moura (2017) e Lyrio et al (2014) que serviu de base para comparação de resultados, evidenciando que as hipóteses H1 que analisou o desempenho da ação de determinado exercício influencia o orçamento do ano posterior e H2 que analisou se o aumento do orçamento em relação ao orçamento do ano anterior influencia o desempenho da ação no ano seguinte. Ambas as hipóteses foram não foram aceitas apresentando correlações muito fracas, e ainda, sem significância estatística. Tornando assim evidente de acordo com H1 que o desempenho da ação em determinado exercício não influencia de forma direta o orçamento do ano seguinte. E, de acordo com H2 se confirma que a maior volatilidade na variação também ficou por conta do orçamento em relação à variação do desempenho das ações.

Para além das 2 hipóteses examinadas, existentes no estudo que se tomou como base, testou-se também mais 2 variações que medem a correlação de variação entre despesa empenhada e orçamento do exercício anterior, onde uma verificou a variação entre o orçamento e o orçamento do exercício anterior e a outra verificou a variação entre o orçamento e a despesa empenhada no exercício anterior.

Para essas 2 variações os resultados demonstraram valores significativos estatisticamente e de correlação moderada, em que para a primeira variação foi de 0,408**, e para a segunda foi de 0,439**. Essa variação de ambas as variáveis revelaram que o orçamento do exercício anterior influencia diretamente no orçamento do exercício seguinte, ou seja, a instituição ao fixar seu orçamento não leva em consideração o orçamento por desempenho, mas sim a execução orçamentária do exercício anterior.

A principal limitação enfrentada para o desenvolvimento do trabalho foi a falta dos valores referentes às metas previstas e as metas realizadas que não estavam presentes em todos os Relatórios de Gestão disponibilizados pela instituição e aqui analisados, visto que a informação só existia em determinados exercícios e em outros não. Neste caso, este fator pode vir influenciar os resultados.

Como sugestão para estudos futuros se indica aplicar o estudo para outras instituições de mesmo nível ou ainda para outras esferas públicas a fim de comparação de resultados sobre o cenário de pesquisas sobre o orçamento por desempenho. Além de revelar sua importância prática à própria instituição de maneira administrativa.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. R.; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 73-90, p. 73-90, jan./fev. 2015.

ALMEIDA, M. C. A. A. et al. Integração de indicadores para avaliação do desempenho de uma instituição de ensino superior. **Revista Espacios Digital**, v. 37, n. 7. 2016.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável as Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BELLONI, J. A. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de Universidades Federais Brasileiras**. 2000. 246 fls. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BOER, H. et al. **Performance-based funding and performance agreements in fourteen higher education systems**. Center for Higher Education Policy Studies, 128 p. 2015.

CAVALCANTE, P. L. Orçamento por desempenho: uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 13-25, jan./mar. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUIMARÃES, K. M. S. A busca da eficiência dos processos em prol do controle da governança pública. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 225, p. 26-39, mai./jun. 2017.

LYRIO, M. V. L. et al. Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 148-168, jan. 2014.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MEIRELLES, V. G.; SOARES, J. C.; CERETTA, P. S. Eficiência das instituições federais de Ensino Superior Brasileiras. In: XVII SEMEAD, out. 2014, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2014.

MELLO, C. B. et al. Versão abreviada do WISC-III: correlação entre QI estimado e QI total em crianças brasileiras. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 149-155, abr./jun. 2011.

MOHAMMADIPOUR, R. A study on the effect of performance based budgeting using activity based cost method. **Management Science Letters**, v. 4, n. 1, p. 145-148, 2014.

NOBLAT, P. L. D. (Org.). **Orçamento público: conceitos básicos**. Brasília: ENAP- Escola Nacional de Administração Pública. 2014.

NUINTIN, A. A. et al. Eficiência da aplicação de recursos públicos nas Universidades Federais. In: Anais Eletrônicos... 21. 2014, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABC, 2014.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIZZATTI JUNIOR, G.; RIZZATTI, G.; RIZZATTI, G. Indicadores de desempenho da gestão orçamentária da UFSC no período de 2010 a 2013. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 15, 2015, Mar del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar Del Plata: CIGU, 2015.

SANTOS, A. R. et al. Orçamento, Indicadores e Gestão de Desempenho das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Administração Pública e Gestão social**. v. 9, n. 4, p. 276-285, out./dez. 2017.

SANTOS, A. R.; MOURA, H. J. O Orçamento e o Desempenho nas Universidades Federais entre 2005 a 2014. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n. 3, p. 03-27, mai./jun. 2017.

APÊNDICE



Correlações

		Orçamento Final	Δ Orçamento	Despesa Empenhada	Δ Execução Orçamentária	Meta Prevista	Meta realizada	Δ Desempenho	Desemp. Da Ação	Indicador de Performance	Δ Indicador de Perf
r de Spearman	Correlações de coeficiente	1,000	,408**	,974**	,754**	,354**	,274**	,056	,302**	,338**	-,051
	Slq. (2 extremidades)	-	,000	,000	,000	,000	,006	,579	,002	,001	,618
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,408**	1,000	,439**	,426**	,021	-,004	,085	,004	-,041	-,101
	Slq. (2 extremidades)	,000	-	,000	,000	,833	,970	,403	,971	,682	,315
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,974**	,439**	1,000	,825**	,325**	,298**	,081	,298**	,335**	-,011
	Slq. (2 extremidades)	,000	,000	-	,000	,001	,003	,425	,003	,001	,910
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,754**	,426**	,825**	1,000	,195	,301**	,049	,193	,245	,059
	Slq. (2 extremidades)	,000	,000	,000	-	,051	,002	,627	,054	,013	,563
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,354**	,021	,325**	,195	1,000	,817**	,144	,918**	,947**	-,014
	Slq. (2 extremidades)	,000	,833	,001	,051	-	,000	,154	,000	,000	,887
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,274**	-,004	,298**	,301**	,817**	1,000	,259**	,802**	,813**	,074
	Slq. (2 extremidades)	,006	,970	,003	,002	,000	-	,009	,000	,000	,463
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,056	,085	,081	,049	,144	,259**	1,000	,139	,110	-,144
	Slq. (2 extremidades)	,579	,403	,425	,627	,154	,009	-	,167	,275	,153
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,302**	,004	,298**	,193	,918**	,802**	,139	1,000	,904**	-,054
	Slq. (2 extremidades)	,002	,971	,003	,054	,000	,000	,167	-	,000	,594
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	,338**	-,041	,335**	,245	,947**	,813**	,110	,904**	1,000	,118
	Slq. (2 extremidades)	,001	,682	,001	,013	,000	,000	,275	,000	-	,242
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Correlações de coeficiente	-,051	-,101	-,011	,059	-,014	,074	-,144	-,054	,118	1,000
	Slq. (2 extremidades)	,618	,315	,910	,563	,887	,463	,153	,594	,242	-
	N	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

** - A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* - A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).